



JUREMIR MACHADO DA SILVA

juremir@correiodopovo.com.br

E a corrupção?

Nas ruas, em combate contra corrupção, encontravam-se diversos movimentos, pessoas, siglas: MBL, adeptos do deputado Jair Bolsonaro, lavajatistas, defensores do Estado mínimo, empresários nacionalistas, blogueiros conservadores, praticantes do ativismo judicial, pregadores da volta aos valores tradicionais. O “antigo regime” foi derrubado. Instalou-se a “nova política”. Como andam as coisas agora? Assim: dois membros do MBL foram presos. São acusados de lavagem de dinheiro. O MBL nega que eles pertençam aos seus quadros. Não lembra o passado?

Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República, como é amplamente sabido, é acusado de “rachadinha”, tendo como operador Fabrício Queiroz, quando era deputado estadual no Rio de Janeiro. “Rachadinha” é como se chama a mordida nos salários dos funcionários do gabinete de um político. Queiroz praticou os atos. O dinheiro foi parar nas suas mãos. O chefe nega ter conhecimento dos fatos. Vem travando uma luta encarniçada para barrar as investigações. Queiroz passou um tempo abrigado na casa do advogado de Flávio e de Jair Bolsonaro. Questionado, o doutor dizia nem conhecer o tal Queiroz. Depois que o hóspede foi preso, o advogado continuou a mentir. Por fim, alegou razões humanitárias para proteger o amigo dos amigos.

Wilson Witzel era um juiz desconhecido. Elegeu-se governador do Rio de Janeiro nas costas dos Bolsonaro. Pregava contra a corrupção. Falava de moral e bons costumes. Instalado no poder, já recebeu visita da Polícia Federal. Tem ex-secretário preso por suposto golpe na compra de equipamentos para combater a covid-19. A própria mulher do governador está metida num rolo escabroso. Witzel virou inimigo de Jair Bolsonaro. Estão separados pela eleição à presidência da República em 2022. O governador do Rio tem visto seus sonhos virar pó. Bolsonaro mantém os planos. Talvez precise mudar um pouco o discurso.

A Lava Jato marcou época no combate à corrupção. Atualmente anda em baixa. O juiz Sérgio Moro largou a toga e virou ministro de Bolsonaro. Pouco fez, abandonou o barco e procura emprego, talvez o de presidente da República. No governo, nunca deu um pio sobre as acusações que incomodam a família Bolsonaro. A Vaza Jato, série de reportagens publicadas com dados fornecidos por um hacker, mostrou relações incestuosas entre o Ministério Público e Moro na condução das investigações do chamado “petrolão”. O empresário modelo do novo regime, o dono das lojas Havan, enfrenta processo por sonegação de impostos e investigações por patrocínio a disparos em massa de mensagens e de fake news durante a campanha eleitoral de 2018.

Deputados bolsonaristas são convocados a explicar o financiamento de atos contra a democracia. Ministros permanecem no governo mesmo tendo engordado currículos com diplomas inexistentes ou tendo alguma condenação em primeira instância. Um ministro, demitido contra a vontade do próprio presidente, para acalmar os ânimos do STF, fugiu para os Estados Unidos com medo de ser preso no Brasil. O desavisado pergunta: e aí, como anda o combate à corrupção no país?



Um ministro, demitido contra a vontade do próprio presidente, para acalmar os ânimos do STF, fugiu para os Estados Unidos com medo de ser preso no Brasil. O desavisado pergunta: e aí, como anda o combate à corrupção no país?

No Brasil, é muito comum que haja normas “que pegam” e normas que “não pegam”, ou seja, que, por diversas razões e motivos, recebem a adesão da sociedade ou que se tornam “letra morta” ao longo do tempo. Um exemplo clássico de norma que não se tornou efetiva é o do kit de primeiros socorros nos automóveis, que acabou revogada. Já uma lei que se tornou aceita por todos foi o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o qual, inclusive, se tornou referência mundial. Assim é o cotidiano das regras legais, que, quando respondem a uma demanda concreta da coletividade, acabam se perpetuando no ordenamento jurídico.

Uma dessas normas que veio para ficar é o Es-

tatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 30 anos na segunda-feira. Tornou-se essencial para reduzir a mortalidade infantil e para dar suporte à redução da evasão escolar, bem como para instituir sanções aos chamados atos infracionais dos menores. Além disso, levou a questão da proteção dos infantes para além do entorno da família ao instituir que todos são responsáveis por proteger a infância. Ao completar três décadas, percebe-se que o ECA, passível de atualizações, continua a ser um instrumento para que seu público-alvo receba a atenção devida. Uma nação nunca poderá ser democrática e desenvolvida se não der a suas crianças e adolescentes a possibilidade de se tornarem cidadãos plenos e realizados.

CHARGE

Tacho



ARTIGO

Mauro Fiterman

Convicções em tempos de incerteza

Uma terrível pandemia e uma sociedade dividida, eis um resumo do que se diz do Brasil de hoje em jornais, rádios e TVs. Isso, por si só, já não é uma boa notícia; afinal, num momento tão difícil e, sem exagero, para muitos até mesmo desesperador, parece claro que a maior possibilidade de sucesso no enfrentamento desse real e maior problema seria fruto de consensos e de alguma harmonia. Entretanto, há uma notícia pior: a divisão da sociedade antes referida dá conta de um traço assustador, que é a mais absoluta e plena convicção de que as pessoas têm acerca das suas razões, razões essas que sustentam o permanente conflito.

Exatamente isso, no espaço único de incerteza em que vivemos, os indivíduos conseguem ter convicções rígidas e intocáveis acerca de temas que estão, notadamente, em aberto, em especial os temas médicos.

Nos debates existentes, muito se observa imputação disso tudo aos aspectos políticos da atualidade, com ênfase à tão propalada polarização existente no país. Não se nega o componente desse aspecto, mas, infelizmente, na maioria das vezes, fica transparente que, por detrás da convicção, existem interesses pessoais, ou seja, ela se desenha e se efetiva por uma via que não é a melhor: a via do individualismo. Uma convicção que está a serviço dos interesses pessoais de cada um. Ainda que se admita existir espaço para firmar convicções a partir de razões íntimas, é evidente que existem limites morais.

Tudo isso é muito preocupante, em especial na análise do ponto de vista ético da nossa sociedade, pois estamos falando de mortes e de vidas. Não nos esqueçamos da lição de Paul Valéry: “Uma convicção é sólida quando resiste à consciência”.

Durma-se com isso.

Advogado, escritor e professor da Escola de Direito da PUCRS

Os artigos publicados com assinatura nesta página não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores. Podem ser enviados para o e-mail opinio@correiodopovo.com.br. As cartas para o Correio do Leitor, com assinatura, endereço, número da identidade e telefone de contato para confirmação deverão ser enviadas para a Diretoria de Redação do Correio do Povo, na rua Caldas Júnior, 219, CEP 90019-900, ou pelo e-mail doleitor@correiodopovo.com.br. Por razões de clareza ou espaço, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

GRUPO RECORD RS

PRESIDENTE: Carlos Alves | presidencia@gruporecordrs.com.br

CORREIO DO POVO

FUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1895
EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE: Sidney Costa | scosta@correiodopovo.com.br
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Claudinei Girotti | cgirotti@correiodopovo.com.br
DIRETOR DE REDAÇÃO: Telmo Ricardo Borges Flor | telmo@correiodopovo.com.br
DIRETOR COMERCIAL: João Müller | jmuller@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Fone (51) 3216.1600
atendimento@correiodopovo.com.br

REDAÇÃO

Rua Caldas Júnior, 219
Porto Alegre, RS, CEP 90019-900
Fone (51) 3215-6111

FILIADO:



O atendimento presencial aos assinantes em nossa sede está temporariamente suspenso em decorrência das medidas de enfrentamento ao coronavírus. Use os canais acima.

COMERCIAL

Atendimento às Agências
Fone (51) 3215.6169

Teleanúncios

Fone (51) 3216.1616
anuncios@correiodopovo.com.br

OPEC

Operação Comercial
Fone (51) 3215-6101, ramais 6172 e 6173
opec@correiodopovo.com.br

Impresso simultaneamente nos parques gráficos de Porto Alegre e Carazinho

VENDA DE ASSINATURA

Fone (51) 3216-1606

Modalidade	Capital-POA	Interior RS/SC/PR
Digital (todos os dias)	R\$ 34,90	R\$ 34,90
Imp. Sáb./Dom.	R\$ 46,90	R\$ 48,90
Imp. Seg. a Sex.	R\$ 62,90	R\$ 64,90
Imp. Seg. a Dom.	R\$ 72,90	R\$ 74,90

VENDA AVULSA

Capital-POA: R\$ 2,50
Interior/RS, SC e PR: R\$ 3,00
Demais Estados: R\$ 5,00 mais frete

DO LEITOR

Renato Panattieri

doleitor@correiodopovo.com.br

Inflação

É incrível que num momento de pandemia, desemprego, atividades comerciais em geral desativadas pela bandeira vermelha em Porto Alegre, os supermercados estejam se aproveitando da corrida aos suprimentos domésticos, para aumentar os preços dos alimentos básicos como frutas, verduras e materiais de higiene. Isso é desonesto e desumano de parte de alguns empresários do setor. Enquanto isso, outros grupos empresariais estão ajudando fraternalmente com doações e campanhas beneméritas. Não se justifica que supermercados, bancos, Petros e farmácias ganhem pelos aumentos de faturamentos e ainda explorem os consumidores.

Ramiro Nunes de Almeida Filho, Porto Alegre

Prisão domiciliar

Muito estranha a decisão do presidente do STJ em conceder prisão domiciliar à esposa de Fabrício Queiroz. Estranha e difícil de entender para alguém que estava foragida. Foi um desserviço e um descaso para com a própria Justiça. Negam prisão domiciliar a crimes de pequeno valor e a concedem para alguém foragido. Mais uma vergonha para o Brasil. Difícilmente veremos estes peixes grandes serem presos, pois sempre alegam doenças ou se escondem atrás de recursos e o processo nunca tem fim. E cadê a prisão em segunda instância? Foi engavetada? E vem agora uma nova eleição, oportunidade em que poderemos escolher quem irá nos roubar. Não é porque consta no nosso hino “Brasil, um sonho intenso” e “deitado eternamente” que precisamos estar sempre dormindo.

Jefferson Gonçalves Xavier, Porto Alegre

Condenados

Quem nasce no Brasil está condenado a viver num país onde o futuro não chega nunca e o passado não passa. Tudo que aí está é de natureza colonial e cartorial herdada dos portugueses. Há 54 anos, escuto falar que o Brasil é o “país do futuro”. Meu pai já ouvia a mesma coisa quando garoto e meu avô com certeza também. No entanto, quando voltamos nossa atenção para Brasília, capital das traições e rompimentos de acordos, o que vemos são mais de trinta partidos de mentirinha morando de aluguel e sofisticando acordos tenebrosos.

Assis Vieira, Montenegro